

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas acompanhadas
do relatório de revisão do Auditor
Independente

Em 30 de setembro de 2018

Índice

	Página
Relatório de revisão do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias	3
Demonstrações contábeis	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do período findo em 30 de setembro de 2018	11

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. Antônio Diederichsen, 400 – 16º andar –
Cj. 1605 | Jardim América
Ribeirão Preto | SP | Brasil
T +55 16 3103.8940
www.grantthornton.com.br

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
BRVias Holding VRD S.A.
Lins – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da BRVias Holding VRD S.A. (“Companhia”), individual e consolidada, referente ao período de 9 meses (nove) meses findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias de acordo com as práticas adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 30 de setembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 9 (nove) meses findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos à atenção para a Nota Explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 18.374 mil durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e, nessa data, o passivo circulante da Companhia e de sua controlada excederam os ativos circulantes em R\$ 212.780 mil e R\$ 676.717 mil, na controladora e no consolidado, respectivamente, substancialmente pela reclassificação do passivo não circulante para o passivo circulante em sua controlada no montante de R\$ 400.893 mil, ensejado pelo descumprimento de cláusulas contratuais (“covenants”) em debêntures, bem como divulga as ações que estão sendo implementadas pela Companhia para a reversão desse cenário. A continuidade operacional da Companhia e de sua controlada dependem da capacidade da Administração executar os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração. Conforme apresentado na referida nota explicativa, esses eventos ou condições, associados ao fato da Administração da Companhia estar negociando com os debenturistas o alongamento das dívidas vincendas e as alterações das cláusulas de covenants financeiros, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e semestre anteriores

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram respectivamente auditados e revisados por outro auditor independente, cujo relatório, respectivamente, sobre a auditoria e revisão foram emitidos em 23 de abril 2018 e 18 de abril de 2018, ambos sem modificações e com parágrafo de incerteza de continuidade operacionado vinculado ao descumprimento de cláusulas contratuais (“convenants”) em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. No caso dos empréstimos e financiamentos, para 30 de setembro de 2018 foram obtidos waver junto o BNDES.

Ribeirão Preto, 26 de outubro de 2018



Marcelo Castro Valentini
CT CRC 1SP-239.472/O-2

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O

BRVias Holding VRD S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

ATIVO					
		Controladora		Consolidado	
	Notas	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	181	1.381	2.874	2.852
Aplicações financeiras	7	-	-	62.893	66.616
Contas a receber	8	-	-	11.404	13.515
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	794	250
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	4.074	794
Partes relacionadas	9	-	-	894	864
Outros créditos	-	32	32	2.744	1.985
Total do ativo circulante		213	1.413	85.677	86.876
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos judiciais	-	-	-	1.763	1.522
Imposto de renda e contribuição social diferido	17	-	-	13.949	19.956
Investimentos					
Investimentos	10	338.078	330.596	-	-
Imobilizado	11	-	-	5.011	5.583
Intangível	12	-	-	922.213	957.083
Total do ativo não circulante		338.078	330.596	942.936	984.144
Total do ativo					
		338.291	332.009	1.028.613	1.071.020

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

BRVias Holding VRD S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	-	40.644	45.003	230.110
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	107.000	67.300	107.000	67.300
Debêntures	14	104.830	79.403	536.693	519.482
Fornecedores	15	-	-	45.796	39.073
Obrigações tributárias	-	2	-	3.154	2.956
Obrigações sociais	-	-	-	5.868	5.236
Partes relacionadas	9	1.095	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	925	4.019	151
Dividendos a pagar	9	66	66	66	66
Provisão para manutenção	16	-	-	14.795	16.075
Total do passivo circulante		212.993	188.338	762.394	880.449
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	128.830	16.364
Provisão para manutenção	16	-	-	10.128	29.418
Provisão para contingências	18	-	-	1.963	1.118
Total do passivo não circulante		-	-	140.921	46.900
Patrimônio líquido					
Capital social	-	237.470	237.470	237.470	237.470
Reserva de capital	-	25.461	25.461	25.461	25.461
Prejuízos acumulados	-	(137.633)	(119.260)	(137.633)	(119.260)
Total do patrimônio líquido		125.298	143.671	125.298	143.671
Total do passivo		212.993	188.338	903.315	927.349
Total do passivo e patrimônio líquido		338.291	332.009	1.028.613	1.071.020

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações do resultado para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Notas	Controladora				Consolidado			
	01/07/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2018 a 30/09/2018	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2018 a 30/09/2018	01/01/2017 a 30/09/2017
	(3 meses)	(3 meses)	(9 meses)	(9 meses)	(3 meses)	(3 meses)	(9 meses)	(9 meses)
Receita operacional líquida	20	-	-	-	54.079	55.842	148.169	153.106
Custo dos serviços prestados	21	-	-	-	(25.910)	(25.197)	(101.690)	(74.030)
Custo de construção	21	-	-	-	(2.445)	(7.785)	(8.996)	(19.867)
Lucro bruto		-	-	-	25.724	22.860	37.483	59.209
Receitas (despesas) operacionais								
Despesas gerais e administrativas	21	(201)	(73)	(470)	(1.334)	(2.213)	(9.497)	(6.293)
Outros resultados operacionais		-	-	-	-	-	14.132	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(201)	(73)	(470)	24.390	20.647	42.118	52.916
Receita financeira	22	-	-	-	1.088	1.429	22.901	2.216
Despesa financeira	22	(4.892)	(1.989)	(22.595)	(22.954)	(14.710)	(77.388)	(57.794)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(4.892)	(1.989)	(22.595)	(21.866)	(13.281)	(54.487)	(55.578)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial	10	953	9.597	4.691	-	-	-	-
Resultado antes dos impostos		(4.140)	7.535	(18.374)	2.524	7.366	(12.369)	(2.662)
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	-	-	-	-	(161)	-	(173)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	-	-	(6.664)	330	(6.005)	989
(Prejuízo) Lucro do período		<u>(4.140)</u>	<u>7.535</u>	<u>(18.374)</u>	<u>(4.140)</u>	<u>7.535</u>	<u>(18.374)</u>	<u>(1.846)</u>
(Prejuízo) Lucro básico e diluído por ação em Reais - R\$		(0,03940)	0,02169	(0,05288)	(0,03940)	0,02169	(0,05288)	(0,00531)

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado			
	01/07/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2018 a 30/09/2018	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2018 a 30/09/2018	01/01/2017 a 30/09/2017
	(3 meses)	(3 meses)	(9 meses)	(9 meses)	(3 meses)	(3 meses)	(9 meses)	(9 meses)
Lucro (prejuízo) do exercício	(4.140)	7.535	(18.374)	(1.846)	(4.140)	7.535	(18.374)	(1.846)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de resultado abrangente do período	(4.140)	7.535	(18.374)	(1.846)	(4.140)	7.535	(18.374)	(1.846)

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Capital integralizar</u>	<u>Capital integralizado</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2017	237.470	-	237.470	25.461	(158.315)	104.616
Aumento de capital conforme AGE em 26 de maio de 2017	110.000	(110.000)	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	39.055	39.055
Saldos em 31 de dezembro de 2017	347.470	(110.000)	237.470	25.461	(119.260)	143.671
Saldos em 1º de janeiro de 2018	347.470	(110.000)	237.470	25.461	(119.259)	143.672
Resultado do período	-	-	-	-	(18.374)	(18.374)
Saldos em 30 de setembro de 2018	<u>347.470</u>	<u>(110.000)</u>	<u>237.470</u>	<u>25.461</u>	<u>(137.633)</u>	<u>125.298</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os períodos de seis nove findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais				
Prejuízo do semestre	(18.374)	(1.846)	(18.374)	(1.846)
Ajustes para:				
Depreciação	-	-	1.683	1.390
Amortização	-	-	45.690	15.404
Baixa do intangível	-	-	1.180	651
Baixa do ativo imobilizado líquida	-	-	2	2
Provisão para manutenção	-	-	10.928	12.371
(Reversão) constituição da provisão para demandas judiciais	-	-	845	(254)
Resultado de equivalência patrimonial	(4.691)	(7.388)	-	-
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	22.595	8.916	71.229	55.877
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	6.005	(989)
	(470)	(318)	119.188	82.606
(Aumento) redução no ativo:				
Contas a receber	-	-	2.111	505
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(544)	(200)
Outros créditos	-	-	(4.240)	1.063
Aumento (redução) no passivo:				
Fornecedores	-	-	6.202	(6.773)
Passivo fiscal corrente	2	-	198	(179)
Obrigações sociais	-	-	632	1.579
Contas a pagar	(925)	14	2.944	9
Realização de provisão para manutenção	-	-	(31.498)	(20.544)
Juros de empréstimos e financiamentos e debêntures pagos	(9.890)	(8.000)	(56.358)	(48.974)
	(11.283)	(8.304)	38.635	9.092
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais				
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	-	-	(78.491)	(83.606)
Resgate das aplicações	-	-	86.213	64.566
Integralização de capital social em controlada	(4.790)	(31.750)	(4.790)	-
Aquisição de imobilizado	-	-	(2.293)	(268)
Adição do intangível	-	-	(10.820)	(19.497)
	(4.790)	(31.750)	(10.181)	(38.805)
Fluxo de caixa decorrente das (usado nas) atividades de investimentos				
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Partes relacionadas	1.095	-	1.095	-
Captações de empréstimos e financiamentos e debêntures	-	6.000	-	34.854
Mútuo	31.633	-	31.633	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	39.700	33.500	42.490	33.500
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	(57.555)	-	(103.650)	(40.443)
	14.873	39.500	(28.432)	27.911
Caixa líquido decorrente das (usado nas) atividades de financiamentos				
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.200)	(554)	22	(1.802)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1.381	653	2.852	3.947
Caixa e equivalentes de caixa em 30 de junho	181	99	2.874	2.145

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas para o período findo em 30 de setembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A BRVias Holding VRD S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2007, com sede localizada na Rua João Moreira da Silva, 509, Sala A, Jardim Americano, cidade de Lins – SP. Seu objeto social é exclusivamente a participação na ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. (“Controlada” ou “ViaRondon”).

A Companhia iniciou suas atividades em 10 de dezembro de 2010, onde todas as ações da ViaRondon que eram detidas pelas empresas Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A foram aportadas na BRVias Holding VRD S.A, passando esta a ser a única acionista da ViaRondon, sendo contabilizado o montante de R\$ 111.899 de investimento em contrapartida do aumento de capital social.

Plano Estratégico

Conforme demonstrado na demonstração de resultado e no balanço patrimonial do período de 9 (nove) meses findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia apresentou um prejuízo de R\$ 18.374 (R\$ 1.846 em 2017 de prejuízo) e capital circulante líquido negativo de R\$ 212.780 (R\$ 186.925 em 2017) na controladora e R\$ 676.717 (R\$ 793.571 em 2017) no consolidado, principalmente pela reclassificação do passivo não circulante para o passivo circulante em sua controlada no montante de R\$ 400.893, respectivamente de debentures, ensejado pelo descumprimento de cláusulas contratuais (“*covenants*”), que usualmente no mercado poderiam vir a provocar a cobrança de multa pelo debenturista diante do descumprimento e/ou um pagamento de prêmio para a contratação de uma nova curva de *covenants* para as próximas medições, se for o caso. A Administração entende ser improvável a decretação do vencimento antecipado de obrigações de longo prazo, uma vez que a Companhia se mantém adimplente com os pagamentos das obrigações financeiras. Dada a mecânica de preenchimento com os valores cobrados nas praças de pedágio das contas garantia e reserva aos credores, em valores acima do suficiente para fazer frente aos vencimentos das parcelas dos empréstimos e financiamentos, a Companhia entende como afastada a hipótese de vencimento antecipado.

A Companhia está adimplente com as obrigações financeiras junto aos credores, e para fazer frente a suas obrigações contratuais a Companhia conta com o suporte dos acionistas por meio de aporte de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 107.000 (R\$ 67.300 em 31 de dezembro de 2017, por meio de integralização de capital), bem como com recursos de terceiros, previstos para ocorrer nos planos de negócio da Companhia.

Até a emissão destas informações contábeis intermediárias a Administração da Companhia continua em negociação com o debenturista para a obtenção de *waiver* pelo descumprimento de *covenants*, conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 14, enquanto já obteve anuência do BNDES para descumprimento do covenant Dívida/Líquida/EBITDA para o ano de 2018. A anuência do debenturista já está em fase final de aprovação, conforme a alçada deste banco.

Os planos da Administração visam a recuperação dos resultados operacionais positivos ao longo dos próximos exercícios. Para isso a Administração busca a contínua eficiência operacional e consequentemente a redução dos custos de operação e manutenção da rodovia. Adicionalmente as projeções futuras de mercado indicam a melhoria do cenário econômico, que conjuntamente com a correção anual das tarifas, conforme previsto no contrato de concessão, e a retomada do crescimento econômico com impacto positivo no tráfego da rodovia, permitirão à Companhia aumentar suas receitas. Além disso, os impactos da alta de inflação e juros, tanto nas despesas operacionais como na correção dos saldos das dívidas verificados em 2015 e 2016, se mostram menores acompanhando a tendência de redução dos níveis atuais de juros e inflação. A Companhia também prevê para os próximos períodos a entrada de recursos importantes oriundos da celebração de contratos de uso da faixa de domínio da rodovia por outras empresas, cujas negociações já estão em andamento.

2. Relação de entidade controlada

Segue abaixo a controlada da Companhia:

	País	Participação acionária %	
		30/09/2018	31/12/2017
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.	Brasil	100%	100%

A sua controlada é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua João Moreira da Silva, nº 509 Jardim Americano, Lins – SP, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009.

O objeto social da sua controlada é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na Cidade de Bauru e finaliza-se nos km 667 e 630, na Cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Decorrente desta concessão, a sua controlada assumiu os seguintes compromissos:

- Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 411.000, dos quais R\$ 82.200 foram pagos à vista e o saldo devedor em 18 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 18.300, reajustados de acordo com o reajuste nas cobranças da tarifa do pedágio, já tendo sido integralmente liquidado;
- Pagamento de valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013;
- Realização de investimentos na rodovia.

Para fazer frente a suas obrigações contratuais a sua controlada tem contado com o suporte dos acionistas, bem como com recursos de terceiros. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da sua controlada, tendo em vista que os seus negócios têm se comportado conforme esperado em projetos da mesma natureza.

3. Apresentação das informações contábeis intermediárias e principais políticas contábeis

Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017 e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. As informações de notas explicativas que não tiveram alterações significativas ou aquelas que apresentavam divulgações irrelevantes em comparação a 31 de dezembro de 2017 não foram repetidas integralmente nestas demonstrações trimestrais. Entretanto, informações foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridas, possibilitando o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Companhia e sua controlada desde a publicação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, alguns passivos e ativos ao valor justo por meio do resultado e alguns instrumentos financeiros a valor realizável.

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis intermediárias apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outras formas.

Na preparação destas demonstrações contábeis intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e sua controlada e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e não tiveram alterações relevantes na preparação destas informações contábeis intermediárias em relação as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.

As informações contábeis intermediárias foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 26 de outubro de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia e sua controlada na adoção do CPC 48 – Instrumentos financeiros e o CPC 47 – Receita de contratos com clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, não identificaram impactos materiais que possam impactar de forma relevante as informações contábeis intermediárias do semestre findo em 30 de setembro de 2018.

O impacto estimado da adoção dessas normas sobre o patrimônio da Companhia em 1º de janeiro de 2018, baseia-se em avaliações realizadas até à data de emissão destas informações contábeis intermediárias.

Uma avaliação mais detalhada do impacto esperado decorrente destas normas está resumida a seguir:

CPC 47 – Receitas de contratos com clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 – Receitas, CPC 17 – Contratos de construção e o CPC 30 – Programas de fidelidade com o cliente.

Com base em sua avaliação, a Companhia e sua controlada não identificaram impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas (CPC 30 e CPC 17), em relação ao reconhecimento da receita dos serviços aos usuários de seus projetos de concessão de infraestrutura de transportes, bem como no reconhecimento das receitas de construção, conforme requerido pelo ICPC 01, já reconhecidas hoje de forma desagregada.

CPC 48 – Instrumentos financeiros

Em 2014 foi emitida, pelo IASB, a versão final da IFRS 9 Instrumentos financeiros (CPC 48 – Instrumentos financeiros), que substitui a IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (CPC 38 – Instrumentos financeiros) e todas as versões anteriores da IFRS 9. A nova norma reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

As principais alterações que do CPC 48 são os novos critérios de classificação de ativos financeiros em três categorias (mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente, mensurados ao custo amortizado e mensurados ao valor justo por meio do resultado) dependendo da característica de cada instrumento e finalidade para quais foram adquiridos, podendo ser classificado em resultado financeiro ou resultado abrangente. Adicionalmente a norma traz um novo modelo de impairment para ativos financeiros sendo um modelo prospectivo de “perdas de créditos esperadas”, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas, e flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. As classificações de passivos financeiros permanecem os mesmos já previstos no CPC 39 – Instrumentos financeiros: Apresentação, somente sendo incluído as regras relativas aos passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A Companhia e sua controlada avaliaram a aplicação dos novos requerimentos previstos no CPC 39 e não identificou impactos relevantes.

4.1. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não aplicáveis para adoção

CPC 06 (R2) – Arrendamentos

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 operações de arrendamento mercantil e o ICPM 03. Aspectos Complementares das operações de arrendamento mercantil. É efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019, data em que ocorrerá sua adoção por parte da Companhia e sua controlada.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O impacto da aplicação do CPC 06 (R2) nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial será concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como será substituída a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Não é esperado impacto significativo para os arrendamentos financeiros da Companhia, que na data destas demonstrações financeiras são imateriais e, portanto, não divulgados em nota explicativa. Consequentemente, não se espera que a adoção do CPC 06 (R2) afete nossa capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos, financiamentos e debêntures.

Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 – Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- ICPC 21/IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e adiantamento.

Com relação à IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamentos de imposto de renda, análise mais aprofundada será necessária para identificação de seus impactos, com data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019.

5. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Aplicações financeiras

Os valores justos de aplicações financeiras são baseados em informações de instituições financeiras, os quais são idênticos aos valores contábeis.

(ii) Empréstimos e recebíveis

O valor justo de empréstimos e recebíveis é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros apurados na data de apresentação que se equipara ao valor contábil em função do curto prazo de recebimento.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Bancos conta movimento	181	1.381	2.741	2.719
Fundo de troco/numerários em trânsito	-	-	133	133
	181	1.381	2.874	2.852

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 23.

7. Aplicações financeiras – Consolidado

	30/09/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras	62.893	66.616

Aplicação financeira em certificado de depósito bancário, junto ao Banco Bradesco, com liquidez diária, sendo remunerada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES e debêntures, vide maiores detalhes nas Notas Explicativas nºs 13 e 14.

A exposição da sua controlada a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 23.

8. Contas a receber – Consolidado

	30/09/2018	31/12/2017
Pedágio eletrônico	9.505	10.247
Visa - vale-pedágio	293	203
Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda.	936	2.639
DBTrans S/A	366	137
Outras receitas	304	289
	11.404	13.515

Idade de vencimento dos títulos	30/09/2018	31/12/2017
Créditos a vencer até 30 dias	10.825	13.225
Créditos a vencer até 60 dias	275	-
Créditos vencidos há mais de 91 dias	-	1
	11.100	13.226

O contas a receber da Companhia não apresenta montantes vencidos e nem histórico de inadimplência. Dessa forma, não foi apurada perda de créditos esperada para redução do valor recuperável sobre o contas a receber.

9. Transações com partes relacionadas

A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017:

Descrição	30/09/2018 (3 meses)	30/09/2017 (3 meses)	30/09/2018 (9 meses)	30/09/2017 (9 meses)
Diretores estatutários	11	12	34	34

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia e sua controlada.

A Companhia e sua controlada submetem todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas, praticando preços e prazos de acordo com as práticas de mercado em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas.

Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e sua controlada e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

a. Contas patrimoniais

Notas	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	31/09/2018	31/12/2017
Ativo				
BRVias S.A.	(i)	-	894	864
Total ativos	-	-	894	864
Passivo				
Serviços prestados				
Empresa Princesa do Norte S.A.	(ii)	-	499	493
Splice Ind. e Com. de Serviços	(iii)	-	303	269
Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial	(iv)	-	9	-
Total fornecedores (Nota Explicativa nº 15)	-	-	811	762
Dividendos a pagar				
Fundo de Investimento em Participações Volutto				
	(vi)	33	33	33
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.	(vi)	33	33	33
	-	66	66	66
Conta corrente				
Via Rondon Concessionária de rodovia S/A				
	-	1.095	-	-
	-	1.095	-	-
Empréstimos e financiamentos (Mútuos) - (Nota Explicativa nº 13)				
Patrimony Administradora de Bens S.A.				
	(viii)	-	4.866	-
Comport Participações S.A.	(viii)	-	15.463	-
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.	(viii)	-	20.315	-
	-	-	40.644	40.644
Adiantamento para futuro aumento de capital				
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.				
	-	54.300	54.300	35.100
FIP VOLLUTO	-	52.700	52.700	32.200
	-	107.000	107.000	67.300

b. Transações que afetaram o resultado

	Notas	Valor da transação no resultado			
		30/09/2018 (3 meses)	30/09/2017 (3 meses)	30/09/2018 (9 meses)	30/09/2017 (9 meses)
Serviços prestados	-				
Empresa Princesa do Norte S.A.	(ii)	(838)	(494)	(1.850)	(1.458)
Splice Ind. e Com. de Serviços	(iii)	(490)	(283)	(1.559)	(1.247)
BRVias S.A.	(v)	(970)	-	(2.483)	(1.369)
Noroestecom Telecomunicações S/A	(vi)	(51)	(11)	(74)	(34)
Marília Transportes Ltda.	(iv)	-	(1)	-	-
Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial	(iv)	(28)	(28)	(84)	(84)
Total fornecedores		(2.377)	(817)	(6.050)	(4.192)

- (i) São serviços administrativos tais como publicação de balanço e outros que foram pagos pela Companhia;
- (ii) Serviços de transportes de pessoal;
- (iii) Execução de serviços de operação de equipamentos eletrônico de fiscalização e registro das infrações de excesso de velocidade na Rodovia;
- (iv) Serviços de consultoria administrativa;
- (v) Serviços administrativos realizados pelo Centro de Serviços Compartilhado;
- (vi) Dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014;
- (vii) Outros serviços diversos;
- (viii) Refere-se a mútuos financeiros atualizados a 101% do CDI, com vencimento para 2018.

10. Investimentos – controladora

A sua controlada registrou um lucro de R\$ 4.691 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 (lucro de R\$ 7.388 em 2017).

A controlada não tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

O quadro a seguir apresenta um sumário das demonstrações contábeis na sociedade controlada.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

	Participação	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receita	Custos e despesas	Lucro líquido/prejuízo
30 de setembro de 2018	100%	86.559	942.936	1.029.495	671.147	20.273	691.420	338.075	185.202	(180.511)	4.691
31 de dezembro de 2017	100%	86.389	984.143	1.070.532	693.038	46.900	739.938	330.596	205.441	(160.596)	44.845
30 de setembro de 2017	100%	63.703	966.030	1.029.733	696.280	52.216	748.946	281.237	156.311	(148.923)	7.388

11. Imobilizado – Consolidado

Em milhares de reais	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2017	4.235	4.887	1.856	2.002	12.980
Adições	140	182	67	18	407
Baixas	-	(4)	-	-	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.375	5.065	1.923	2.020	13.383
Adições	75	700	63	1.453	2.291
Baixas	-	-	(2)	(1.453)	(1.455)
Saldo em 30 de setembro de 2018	4.450	5.765	1.984	2.020	14.219
Depreciação acumulada					
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(2.261)	(2.262)	(842)	(580)	(5.945)
Adições	(608)	(645)	(188)	(414)	(1.855)
Baixas	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(2.869)	(2.907)	(1.030)	(994)	(7.800)
Adições	(447)	(321)	(147)	(768)	(1.683)
Baixas	-	-	-	275	275
Saldo em 30 de setembro de 2018	(3.316)	(3.228)	(1.177)	(1.487)	(9.208)
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2017	1.506	2.158	893	1.026	5.583
Em 30 de setembro de 2018	1.134	2.537	807	533	5.011

12. Intangível – Consolidado

	Praças de pedágio	Recuperação da rodovia	Sistema de arrecadação	Direito de outorga (i)	Outros- concessão (ii)	Software	Total
Custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2017	35.206	454.444	8.054	413.597	150.847	3.275	1.065.423
Aquisições e construções	-	10.975	26	-	13.521	14	24.536
Baixas	(86)	-	-	-	(806)	-	(892)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	35.120	465.419	8.080	413.597	163.562	3.289	1.089.067
Aquisições e construções	-	3.542	22	-	7.243	13	10.820
Saldo em 30 de setembro de 2018	35.120	468.961	8.102	413.597	170.805	3.302	1.099.887
Amortização acumulada							
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(8.973)	(32.640)	(1.788)	(55.934)	(10.891)	(1.021)	(111.247)
Amortização do exercício	(685)	(8.845)	(157)	(8.050)	(2.936)	(64)	(20.737)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(9.658)	(41.485)	(1.945)	(63.984)	(13.827)	(1.085)	(131.984)
Amortização do período	(1.473)	(19.526)	(339)	(17.352)	(6.862)	(138)	(45.690)
Saldo em 30 de setembro de 2018	(11.131)	(61.011)	(2.284)	(81.336)	(20.689)	(1.223)	(177.674)
Valor líquido contábil							
Em 31 de dezembro de 2017	25.462	423.934	6.135	349.613	149.735	2.204	957.083
Em 30 de setembro de 2018	23.989	407.950	5.818	332.261	150.116	2.079	922.213

- (i) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a sua controlada registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstrado a seguir:

	2009
Valor da outorga	411.000
Ajuste a valor presente	(11.202)
Atualização monetária anterior ao início das atividades	13.799
	413.597

- (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Investimentos.

Os ativos intangíveis da sua controlada são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível, exceto veículos da operação, é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada “Custos dos serviços prestados”, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado no quadro acima.

13. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 23.

	Taxa de Juros a.a.	Indexador	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Finame-BNDES (i)	5,50%	-	2021	-	-	413	541
Finem-BNDES (ii)	2,41%	TJLP	2025	-	-	101.526	117.866
Finem-BNDES (ii)	2,41%	UMIPCA-M.	2025	-	-	50.850	59.034
CCB	5,80%	CDI	2020	-	-	19.323	27.545
Leasing	17,09% a 19,68%	-	2017-2022	-	-	1.721	844
Mútuo financeiro (Nota Explicativa nº 9)	11,20%	CDI	2018	-	40.644	-	40.644
Total (iii)				-	40.644	173.833	246.474
Parcela circulante				-	40.644	45.003	230.110
Parcela não circulante				-	-	128.830	16.364

- i) Empréstimo obtido junto ao BNDES, por intermédio de instituição financeira, na modalidade Finame para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os próprios bens;

- ii) Em 14 de dezembro de 2011, a sua controlada firmou, em conjunto com o BNDES, contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$ 343.706, sobre 71,4% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal e durante o período de carência, com exigibilidade trimestral e sobre 28,6% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais UMIPCA-M (Unidade Monetária IPCA), com exigibilidade anual e carência durante os dois primeiros anos. Deste montante, até 31 de dezembro de 2017, foram liberados R\$274.246. Conforme cláusulas contratuais firmadas entre as partes, o saldo de R\$ 41.923 será liberado, concomitantemente ao cronograma de investimento do Contrato de Concessão, nas respectivas proporções de desembolso para cada subcrédito.

A amortização do principal dos subcréditos atrelados a TJLP será em 114 prestações mensais, divididas em cinco subcréditos e iniciadas em 15 de maio de 2012 (Sub A), 15 de novembro de 2013 (Sub C e E), 15 de novembro de 2015 (Sub H e J). Já a amortização do principal dos subcréditos atrelados a UMIPCA-M será em 9 prestações anuais, divididas em cinco subcréditos e iniciadas em 15 de maio de 2013 (Sub B) e em 15 de janeiro de 2015 (Sub D, F, I e K). O Subcrédito G será utilizado na implantação de projetos sociais nas populações lindeiras ao longo da rodovia, a amortização deste subcrédito se dará em 114 parcelas mensais, a serem iniciadas em 15 de novembro de 2015, ao custo de TJLP.

Garantias:

- Cessão da totalidade dos direitos creditórios;
- Cessão do crédito de contas vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo poder concedente, no caso de término antecipado do contrato de concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Concessionária;
- Aval da Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.

As garantias reais citadas acima são compartilhadas com a 1ª Emissão de debêntures, na proporção do saldo devedor de cada dívida.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 2.809 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. Em 30 de setembro de 2018 o montante a apropriar no resultado futuro totaliza R\$ 1.085.

As principais cláusulas restritivas dos contratos de financiamento com o BNDES descritos acima são as seguintes (controlada):

- Não realizar distribuição de dividendos, ou pagamentos de juros sobre capital próprio e ou pagamentos de juros ou principal de mútuos juntos aos controladores da companhia cujo valor, supere o mínimo previsto em lei, até o final do exercício de 2016;
- Sem prévia e expressa anuência do BNDES, não se endividar em valores que superem R\$ 20.000, com exceção as dívidas permitidas;

- Não contrair mútuos com sua acionista e com partes relacionadas de sua acionista, sem prévia e expressa anuência do BNDES;
- Manter os seguintes índices financeiros:
 - § Patrimônio líquido/ativo total maior ou igual a 20%;
 - § Índice de Cobertura da Dívida (ICSD) superior a 1,2;
 - § Manter o índice “Dívida líquida/EBITDA anualizado” igual ou menor do que 5 até dezembro de 2016, e igual ou menor do que quatro a partir de janeiro de 2016, até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações contábeis para o período e exercício findos em junho e dezembro de cada ano, conforme obrigações contratuais, sendo que para o período findo em 30 de junho de 2018 a Companhia atingiu o índice de dívida líquida/ebitda de 4,35, ICSD de 1,33 e PL/AT de 32,7%. Em 18 de setembro de 2018 a Companhia obteve *waver* dando anuência deste banco para o descumprimento de *covenants* do período de 2018.

14. Debêntures

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais das debêntures com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 23.

Data da liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% ao ano)	Controladora		Consolidado	
					30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
15/07/2011	Única	60.000	15/07/2020	IGP-M + 12%	104.830	79.403	104.830	79.403
04/06/2012	Única	300.000	04/06/2027	IPCA + 7,75%	-	-	431.863	440.079
Total					104.830	79.403	536.693	519.482

i) Controladora

A Companhia realizou em 15 de junho de 2011, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações em uma única série, no valor total de R\$ 60.000, cuja integralização ocorreu em 15 de julho de 2011.

Foram emitidas 60.000 debêntures que serão atualizadas a partir da data de emissão, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (“IGP-M”) acrescido da taxa percentual de juros remuneratórios equivalentes a 12% ao ano, incidentes sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado.

Garantias

- 100% das ações preferenciais integrantes do capital social da controlada;
- Cessão fiduciária dos dividendos devidos pela sua controlada;
- Fiança oferecida pela Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.;
- Contrato de suporte financeiro pela Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A. e Comporte Participações S.A.

Cláusulas restritivas

- Assunção de quaisquer dívidas sem a anuência dos titulares das Debêntures;
- Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio somente caso não haja nenhum inadimplemento financeiro ou obrigacional da Companhia após verificação do debenturista;
- Descumprimento pela Companhia ou por sua controlada, de quaisquer obrigações e condições previstas em quaisquer outros contratos dos quais seja parte, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 10.000, não sanado no prazo de 30 dias corridos ou que não estejam sendo contestadas de boa-fé.

ii) Controlada

Em 04 de junho de 2012, a sua controlada realizou a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 300.000. Foram emitidas 300 debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000, com vencimentos anuais, primeiro vencimento em 2018 e último vencimento em 04 de junho de 2027. As Debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 7,75% ao ano.

Cada uma das debêntures fará jus a juros, pagáveis a cada período de 12 (doze) meses contados da data de emissão, iniciando em 04 de junho de 2013 até 04 de junho de 2027.

Garantias

- Cessão da totalidade dos direitos creditórios;
- Cessão do crédito de contas vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Concessionária;
- Fiança da Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A. e BRVias Holding VRD S.A., e a partir de 20 de junho de 2013, da BRVias Holding TBR S/A.

As garantias reais citadas acima são compartilhadas com a 1ª Emissão de Debêntures, na proporção do saldo devedor de cada dívida.

As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes (aplicáveis à controlada):

- Manter os seguintes índices financeiros;
- Índice de cobertura da dívida ICSD superior a 1,3;
- Manter o índice "Dívida líquida/EBITDA anualizado" igual ou menor do que 5,1 até dezembro de 2016, igual ou menor do que 4,5 até dezembro de 2016, e igual ou menor do que 3,5 até dezembro de 2017, igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento;

- Manter o índice “Dívida líquida / patrimônio líquido” anualizado igual ou menor do que 4,0 até dezembro de 2016, igual ou menor do que 3,5 até dezembro de 2016, e igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento;
- Patrimônio líquido/ativo total maior ou igual a 20%;
- Manter o índice “EBITDA/despesas financeira” anualizado igual ou maior do que 1,5 até dezembro de 2016, igual ou maior do que 2,0 até dezembro de 2017 e igual ou maior do que 2,5 a partir de janeiro de 2018 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações contábeis para exercícios findos em dezembro de cada ano.

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia atingiu o índice de ICSD de 1,21 ao passo que a cláusula contratual define que seja superior a 1,3; e a Companhia atingiu os índices de dívida líquida/EBITDA de 4,35 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou menor a 3,5, e como consequência, o montante de R\$ 408.913, foi reclassificado do passivo circulante em atendimento ao item 74 do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 26 – apresentação das demonstrações contábeis. A Administração já iniciou as negociações junto ao credor, porém até a emissão destas demonstrações contábeis a Administração não obteve sucesso na obtenção de waiver junto ao credor. A Companhia acredita que a anuência do credor para o descumprimento de *covenants* será obtido com data posterior às demonstrações contábeis, uma vez que já está em tramitação interna junto aos comitês de aprovação do debenturista.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 2.214 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante a apropriar no resultado futuro em 30 de setembro de 2018 é de R\$ 1.296.

15. Fornecedores – Consolidado

	30/09/2018	31/12/2017
Fornecedores diversos	29.051	20.453
Partes relacionadas (nota explicativa nº 9)	811	762
Medições a pagar	1.089	1.575
Retenções (i)	14.845	16.283
Total	45.796	39.073

- (i) A sua controlada adota como procedimento, realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a sua controlada é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Estes percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

Aging list - Consolidado	30/09/2018	31/12/2017
A Vencer		
De 1 a 30 dias	9.252	7.442
De 31 a 60 dias	1.861	908
De 61 a 90 dias	1.254	479
De 91 a 180 dias	24	2
De 181 a 360 dias	24	1
	12.415	8.832
Vencidas		
Até 30 dias	7.958	3.965
De 31 a 60 dias	1.256	2.607
De 61 a 90 dias	560	1.979
De 91 a 180 dias	2.397	2.388
De 181 a 360 dias	3.270	346
A mais de 360 dias	2.006	1.098
	17.447	12.383
	29.862	21.215

16. Provisão para manutenção – Contrato de concessão (Consolidado)

A sua controlada constitui provisão para manutenção tendo como objetivo mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A sua controlada definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

O saldo da provisão está demonstrado a seguir:

	30/09/2018	31/12/2017
Passivo circulante	14.795	16.075
Passivo não circulante	10.128	29.418
Total	24.923	45.493

Movimentação da provisão para manutenção

Em 1º de janeiro de 2017	52.788
Realização por consume	(26.571)
Adições	19.276
Em 31 de dezembro de 2017	45.493
Realização por consume	(31.498)
Adições	10.928
Em 30 de setembro de 2018	24.923

17. Ativos e passivos fiscais diferidos – Consolidado

A sua controlada em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, referente à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, conforme demonstrado:

	30/09/2018	31/12/2017
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa	33.397	32.516
Provisão para manutenção	8.474	15.468
Outras provisões temporárias	-	380
	41.871	48.364
Passivo		
Custos dos empréstimos	(1.732)	(1.333)
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1) / IFRIC 12	(26.189)	(27.075)
	(27.921)	(28.408)
	13.949	19.956

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos – Consolidado

	Saldo em 30 de setembro de 2018	Saldo em 31 de dezembro de 2017	30/09/2018 (3 meses)	30/09/2017 (3 meses)	30/09/2018 (9 meses)	30/09/2017 (9 meses)
Ativo						
Prejuízo fiscal e base negativa	33.081	32.516	565	1.071	565	(273)
Provisão para manutenção	8.474	15.468	(6.742)	(1.918)	(6.994)	(2.779)
Outras provisões temporárias	316	380	252	63	(64)	(87)
(-) Ativo fiscal não reconhecido (*)	-	-	(501)	784	-	3.139
	41.871	48.364	(6.426)	-	(6.493)	-
Passivo						
Custos dos empréstimos	(1.732)	(1.333)	-	-	-	-
Intangíveis - Efeito temporário	(26.189)	(27.075)	(6.664)	330	(6.005)	989
	(27.921)	(28.408)	(6.664)	330	(6.005)	989
	13.949	19.956	(6.664)	330	(6.005)	989

(*) Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos em sua totalidade com relação a estes itens por falta de premissas futuras com confiabilidade suficiente que permitisse o registro do ativo fiscal diferido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o lucro.

a. Créditos tributários

Companhia

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

	30/09/2018	30/09/2017
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	82.770	82.440

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não foram contabilizados, na Companhia, devido à falta de premissas convincentes para cálculo da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia considera evidência convincente o primeiro exercício social que apresentar lucro tributável, aliado ao histórico de confiabilidade das projeções de recuperação do ativo fiscal diferido.

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

Controlada

Em 30 de setembro de 2018, a sua controlada possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

Descrição	30/09/2018	30/09/2017
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	97.297	95.284

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

A Controlada, baseada em projeções de lucros tributários futuros, prever que a utilização desses se dará até o exercício de 2023.

b. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social – Consolidado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

Descrição	30/09/2018 (3 meses)	30/09/2017 (3 meses)	30/09/2018 (9 meses)	30/09/2017 (9 meses)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	2.254	7.366	(12.369)	(2.662)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
(=) Despesas/Créditos com imposto a alíquota nominal	(858)	(2.504)	4.205	905
(-) Adições permanentes	330	(336)	(999)	(1.003)
(+) Exclusão permanente	(6.587)	3.491	11.268	7.280
(-) Créditos de prejuízos fiscais não reconhecidos	-	-	-	-
(+/-) Outros	1.937	2.926	(5.368)	914
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(161)	-	(173)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.664)	330	(6.005)	989
	(264%)	2%	49%	(31%)

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro real. A alíquota efetiva demonstrada acima apresenta a melhor estimativa da administração da alíquota anual esperada.

18. Provisão para contingências – Consolidado

A Controlada, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 30 de setembro de 2018, está provisionado o montante de R\$ 1.963 (R\$ 1.118 em 2017), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Resumo da movimentação

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial 31 de dezembro de 2017	743	375	1.118
Provisão (reversão de provisão)	1.105	(260)	845
Saldo final	1.848	115	1.963

Adicionalmente, a Controlada é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$ 6.903 em 30 de setembro de 2018 (R\$ 3.517 em 2017). A Companhia possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$ 35.900 (Nota Explicativa nº 24) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, no qual a Companhia é responsável solidária.

Descrição	30/09/2018		31/12/2017	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	55	2.993	31	1.535
Trabalhistas	103	3.910	38	1.982
Total	158	6.903	69	3.517

19. Patrimônio líquido - Controladora

Capital social

Em 30 de setembro de 2018 o capital social da Companhia era composto de R\$ 347.470 (R\$ 237.470 em 2017), sendo 237.470 já integralizados e R\$ 110.00 a integralizar e está representado por 347.469.536 de ações (mesma quantidade em 2017), sendo 173.734.768 de ações ordinárias (mesma quantidade em 2017) e 173.734.768 de ações preferenciais (mesma quantidade em 2017).

A composição acionária em 30 de setembro de 2018, é apresentada a seguir:

Descrição			%
Fundo de Investimento em Participações Volutto	173.846.668		50,10
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.	173.622.868		49,90
	347.469.536		100,0

Reserva de capital

Constituída no ganho de capital na controlada, decorrente da aplicação dos novos Pronunciamentos contábeis – CPCs em 2010.

20. Receita operacional líquida – consolidado

A seguir a composição da receita operacional líquida:

	30/09/2018 (3 meses)	30/09/2017 (3 meses)	30/09/2018 (9 meses)	30/09/2017 (9 meses)
Receita de pedágios	54.144	53.268	150.143	144.889
Receitas acessórias	2.149	96	2.287	262
Receita de construção	2.445	7.785	8.996	19.867
Outras receitas	-	18	-	25
Tributos incidentes	(4.659)	(4.325)	(13.257)	(11.937)
Total	54.079	55.842	148.169	153.106

21. Gastos por natureza

A seguir, a composição das despesas por natureza:

Controladora

	30/09/2018 (3 meses)	30/09/2017 (3 meses)	30/09/2018 (9 meses)	30/09/2017 (9 meses)
Serviços de terceiros	(115)	(73)	(354)	(304)
Outros	(86)	-	(116)	(7)
Total	(201)	(73)	(470)	(311)

Consolidado

	30/09/2018 (3 meses)	30/09/2017 (3 meses)	30/09/2018 (9 meses)	30/09/2017 (9 meses)
Serviços de terceiros	(7.320)	(7.038)	(22.052)	(21.092)
Com pessoal	(5.997)	(6.168)	(17.196)	(17.722)
Amortização e depreciação	(4.724)	(5.910)	(47.098)	(16.794)
Constituição de provisão para manutenção	(3.604)	(4.288)	(10.928)	(12.371)
Custo de contrato concessão	(2.998)	(2.661)	(8.229)	(8.465)
Outros	(2.601)	(1.345)	(5.684)	(3.879)
Total	(27.244)	(27.410)	(111.187)	(80.323)
Custo dos serviços prestados	(25.910)	(25.197)	(101.690)	(74.030)
Despesas administrativas e gerais (i)	(1.334)	(2.213)	(9.497)	(6.293)
Custo de construção	(2.445)	(7.785)	(8.996)	(19.867)

(i) As despesas administrativas são compostas somente com despesas com pessoal.

22. Resultado financeiro, líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 30 de setembro de 2018 e 2017 foram:

Controladora

	30/09/2018 (3 meses)	30/09/2017 (3 meses)	30/09/2018 (9 meses)	30/09/2017 (9 meses)
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(4.892)	(1.989)	(22.595)	(8.923)
Resultado financeiro líquido	(4.892)	(1.989)	(22.595)	(8.923)

Consolidado

	30/09/2018 (3 meses)	30/09/2017 (3 meses)	30/09/2018 (9 meses)	30/09/2017 (9 meses)
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	1.088	1.429	22.901	2.216
Outras receitas financeiras	-	-	-	-
Total das receitas financeiras	1.088	1.429	22.901	2.216
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(21.669)	(14.668)	(71.920)	(54.520)
Outras despesas financeiras	(1.285)	(42)	(5.468)	(3.274)
Total das despesas financeiras	(22.954)	(14.710)	(77.388)	(57.794)
Resultado financeiro líquido	(21.866)	(13.281)	(54.487)	(55.578)

23. Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Controladora

30 de setembro de 2018	Notas	Valor contábil				Valor justo			
		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	181	-	181	181	-	-	181
Dividendos a receber e outros créditos		-	32	-	32	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures	14	-	-	104.830	104.830	-	104.830	-	104.830
Dividendos e contas a pagar		-	-	1.161	1.161	-	-	-	-

31 de dezembro de 2017	Notas	Valor contábil				Valor justo			
		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	1.381	-	1.381	1.381	-	-	1.381
Dividendos a receber e outros créditos		-	32	-	32	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	40.644	40.644	-	40.644	-	40.644
Debêntures	14	-	-	79.403	79.043	-	79.043	-	79.043
Dividendos e contas a pagar		-	-	991	991	-	-	-	-

Consolidado

30 de setembro de 2018	Notas	Valor contábil				Valor justo			
		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	2.874	-	2.874	-	2.874	-	2.874
Aplicação financeira	7	62.893	-	-	62.893	-	62.893	-	62.893
Contas a receber de clientes	8	-	11.404	-	11.404	-	-	-	-
Outros créditos		-	2.744	-	2.744	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	173.833	173.833	-	173.833	-	173.833
Debêntures	14	-	-	536.693	536.693	-	536.693	-	536.693
Fornecedores	15	-	-	45.796	45.796	-	-	-	-
Dividendos e contas a pagar		-	-	4.085	4.085	-	-	-	-

31 de dezembro de 2017	Notas	Valor contábil				Valor justo			
		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	2.852	-	2.852	-	2.852	-	2.852
Aplicação financeira	7	66.616	-	-	66.616	-	66.616	-	66.616
Contas a receber de clientes	8	-	13.515	-	13.515	-	-	-	-
Outros créditos		-	1.985	-	1.985	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	230.110	230.110	-	230.110	-	230.110
Debêntures	14	-	-	519.482	519.482	-	519.482	-	519.482
Fornecedores	15	-	-	39.073	39.073	-	-	-	-
Dividendos e contas a pagar		-	-	217	217	-	-	-	-

b. Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 30 de setembro de 2018.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e sua controlada apresentam exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia e sua controlada, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e sua controlada.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada.

(ii) Risco de liquidez

A Companhia e sua controlada estão expostas a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia e sua controlada adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia e sua controlada, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento as necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia e sua controlada é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Cronograma de amortização da dívida – Consolidado

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamento de juros estimados:

Consolidado

Em 30/09/2018	Contábil	Fluxo contratual	2018	2019	Acima de 2020
Empréstimos e financiamentos	173.833	207.587	9.979	53.891	143.717
Debêntures	536.693	922.790	74.825	70.361	777.604
Fornecedores	45.796	45.796	45.796	-	-
Dividendos e contas a pagar	66	66	66	-	-
	756.388	1.176.239	130.666	124.252	921.321
Em 31/12/2017					
Empréstimos e financiamentos	230.110	293.810	53.603	53.603	141.713
Debêntures	519.482	777.828	75.871	82.671	619.286
Fornecedores	39.073	39.073	39.073	-	-
Dividendos e contas a pagar	66	66	66	-	-
	788.731	1.110.777	168.613	136.274	760.999

(*) O cronograma da dívida foi divulgado levando em consideração a não quebra de *covenants* conforme Notas Explicativas nºs 13 e 14.

(iii) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas entre outros. A Companhia e sua controlada não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 30 de setembro de 2018 ativos ou passivos em moeda estrangeira, consequentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia e sua controlada não tem ações negociadas em mercado.

Exposição a riscos de taxas de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia e sua controlada virem a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), Certificado de Depósito Interbancário (CDI), Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M).

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia e sua controlada eram:

	Valor contábil	
	30/09/2018	31/12/2017
Instrumentos de taxa pré-fixada		
Empréstimos e financiamentos	2.134	1.385

	Risco	Valor contábil	
		30/09/2018	31/12/2017
Instrumentos de taxa variável			
Empréstimos e financiamentos	CDI	19.323	82.113
Empréstimos e financiamentos	TJLP	101.526	119.494
Empréstimos e financiamentos	UMIPCA-M	50.850	59.850
Debêntures – Controlada	IPCA	431.863	428.080
Debêntures – Controladora	IGP-M	104.830	79.403

O objetivo da Companhia e sua controlada é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e sua controlada e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa do CDI, IPCA, TJLP e IGP-M, principal exposição de risco de mercado da Companhia e sua controlada.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros as estas variáveis são apresentadas abaixo:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia e sua controlada selecionaram os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa do CDI, IPCA, TJLP e IGP-M.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e sua controlada apresentam na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia e sua controlada.

Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa de juros IPCA, CDI, TJLP e o IGP-M de acordo com as projeções obtidas no Banco Central (BACEN) Relatório FOCUS, - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 31 de dezembro de 2016.

Para os dois cenários adversos na taxa do IPCA, CDI, TJLP e IGP-M foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

(iii) **Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros**

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da IPCA, CDI, TJLP e IGP-M é apresentada na tabela a seguir:

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2018	Risco	Cenários					
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Empréstimos e financiamentos	101.526	Aumento TJLP	7,00%	(7.107)	8,75%	(8.884)	10,50%	(10.660)
Empréstimos e financiamentos	50.850	Aumento UMIPCA	1,90%	(966)	2,38%	(1.208)	2,85%	(1.449)
Capital de giro	19.323	Aumento CDI	10,25%	(1.981)	12,81%	(2.476)	15,38%	(2.971)
Debêntures Controlada	431.863	Aumento IPCA	3,60%	(15.547)	4,50%	(19.434)	5,40%	(23.321)
Debêntures Controladora	104.830	Aumento IPCA	2,75%	(2.883)	3,44%	(3.604)	4,13%	(4.324)
Total dos passivos financeiros	708.392			(28.483)		(35.604)		(42.725)
Impacto no resultado do período apresentado						(7.121)		(14.242)

Instrumentos	Exposição 2018	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Empréstimos e financiamentos	101.526	Aumento TJLP	7,00%	7.107	5,25%	5.330	3,50%	3.553
Empréstimos e financiamentos	50.850	Aumento UMIPCA	1,90%	966	1,43%	725	0,95%	483
Capital de giro	19.323	Aumento CDI	10,25%	1.981	7,69%	1.485	5,13%	990
Debêntures Controlada	431.863	Aumento IPCA	3,60%	15.547	2,70%	11.660	1,80%	7.774
Debêntures Controladora	104.830	Aumento IPCA	2,75%	2.883	2,06%	2.162	1,38%	1.441
Total dos passivos financeiros	708.392			28.483		21.363		14.242
Impacto no resultado do período apresentado						7.121		14.242

A Companhia e sua controlada não apresentam quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, o risco atrelado a estas aplicações não são materiais nas demonstrações contábeis em 30 de setembro de 2018.

(iv) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP)). O contrato de concessão prevê a manutenção do seu equilíbrio econômico – financeiro.

(v) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e sua controlada estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia e sua controlada somente realizam operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de rating. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia e sua controlada administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua controlada podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações.

24. Cobertura de seguros – Consolidado

A sua controlada adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da sua controlada, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Garantia operação	Mai/2018 a Mai/2019	73.846
Garantia ampliação	Mai/2018 a Mai/2019	130.585
Operacionais	Mai/2018 a Mai/2019	1.802.806
Responsabilidade civil	Mai/2018 a Mai/2019	35.900
Engenharia	Mai/2018 a Mai/2019	13.701

Em virtude da aquisição de dos veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de Responsabilidade civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais).

25. Benefícios a empregados – Consolidado

A Companhia e sua controlada mantém os seguintes benefícios de curto prazo a empregados e administradores: auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, transporte e vale alimentação.

Não é política da sua controlada conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

26. Aspectos ambientais – Consolidado

A sua controlada considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A sua controlada diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A sua controlada acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

27. Risco regulatório – Consolidado

A Companhia e sua controlada desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entende-se que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distantes de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia se encontra coberta com a apólice de seguros das operações, riscos de engenharia, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 24.

A Companhia, durante o curso normal das suas atividades está sujeita a fiscalizações do órgão regulador, estando suscetível a questionamentos e as penalidades cabíveis, caso não esteja atendendo as obrigações licitatórias. Para os questionamentos realizados pelo órgão regulador a Companhia realizou os devidos esclarecimentos e com base neste fato, e na avaliação dos seus assessores jurídicos, não constatou qualquer evento relevante que possa afetar as suas demonstrações contábeis.

28. Compromissos vinculados a contrato de concessão – consolidado

Decorrente da verba de fiscalização

A sua controlada assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento no valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária. Entretanto, em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.

Investimentos

De acordo com o programa estadual de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão. Esse montante a realizar em 30 de setembro de 2018 totaliza R\$ 793.919, valor nominal. A Companhia tem previsão orçamentária para realizar investimentos e consequentemente cumprir as metas contratuais.

29. Demonstrações de fluxo de caixa – Consolidado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2/IAS 7. Durante o período findos em 30 de setembro de 2018, a Companhia adquiriu ativo intangível no montante de R\$ 8.487, dos quais R\$ 521 são itens não caixa referente às retenções parciais do valor de serviço contratado – fornecedores, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros.

30. Outros assuntos

Em 01 de julho de 2016, foi cumprido na sede da controlada o Mandado de Busca e Apreensão, expedido pelo Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de obter evidências para investigação de diversos financiamentos concedidos pelo FI-FGTS, tendo sido pela controlada disponibilizadas todas informações solicitadas.

A controlada contratou especialistas externos para conduzir investigação interna independente, sobre o tema supracitado, compreendendo o período de março de 2011 à maio de 2012. A investigação naquela ocasião não identificou riscos legais atribuíveis à Companhia e a sua controlada com relação aos fatos da investigação.

A respeito da referida investigação, em 1º de junho de 2018, o juiz da 10ª vara emitiu sentença sobre os investigados que não fazem parte do quadro da Companhia e sua controlada, que por sua vez não figuram como investigadas.

Até o momento não há como determinar se a Companhia e sua controlada serão afetadas pelos resultados da referida sentença e por quaisquer desdobramentos futuros das investigações pelas autoridades brasileiras, a Administração neste momento entende que tais efeitos, se existentes, não deverão afetar significativamente a Companhia e sua controlada e, conseqüentemente, as informações intermediárias contábeis de 30 de setembro de 2018.

A Companhia e sua controlada continua à disposição das autoridades legais para prestar esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

* * *

Diretoria

Maria Zélia Rodrigues de Souza França - Diretora
Ricardo de Souza Adenes - Diretor

Conselheiros

Antônio Roberto Beldi
Paulo Sergio Coelho
João Paulo Barros Beldi
Ricardo Constantino.

Contador

Marcelo Carlos Biancolini
Contador - CRC/SP nº 1SP236252/O-0